

FRANCISCO NELSON CARRETONI LOPES

**O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, LIMITES E
POSSIBILIDADES CONCEITUAIS.**

**CAMPO GRANDE MS
2025**

FRANCISCO NELSON CARRETONI LOPES

**O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, LIMITES E
POSSIBILIDADES CONCEITUAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Licenciado em História.

Orientador(a): Prof.º Dr.º Samuel de Jesus.

**CAMPO GRANDE – MS
2025**

O ENSINO DE HISTÓRIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL, LIMITES E POSSIBILIDADES CONCEITUAIS.

Francisco Nelson Carretoni Lopes¹.

Resumo

Este artigo afirma a importância da História Regional de Mato Grosso do Sul e seu ensino em sala de aula, suas limitações e possibilidades em atender as diretrizes oficiais da educação. Para isso, faz uma pesquisa historiográfica, propondo reflexões sobre fontes e narrativas que da história do povo da região, em seus recortes temporais evidenciando os silêncios e lacunas que marcaram esse processo. O estudo destaca a importância da presença indígena e paraguaia na formação da identidade sul-mato-grossense, muitas vezes negligenciada em discursos oficiais. Enfatiza o debate sobre os processos que transformaram a percepção da cultura após a divisão territorial, o que gerou desafios para o reconhecimento cultural da população, reforçando a necessidade de uma abordagem educativa que valorize as raízes históricas da região. A partir da análise das influências fronteiriças, migratórias e dos processos de aculturação, discute-se o papel da educação na construção de um olhar crítico sobre a própria identidade regional. A escola, enquanto espaço de aprendizagem e debate, deve promover reflexões sobre pertencimento e diversidade cultural, por meio da valorização da História Regional. Considerando as contribuições teóricas de Durval Albuquerque Junior, Stuart Hall, Peter Burke, Paulo Sérgio Nolasco dos Santos, e outros autores, argumenta-se que o ensino da História Regional é fundamental para evitar a simples absorção passiva de culturas externas e incentivar uma troca cultural autêntica. O artigo conclui que fortalecer o ensino da História Regional representa um ato de resistência e valorização cultural, essencial para a formação cidadã dos estudantes e para o reconhecimento do legado histórico que construiu Mato Grosso do Sul.

Palavras chaves: História Regional - Educação - Mato Grosso do Sul.

Resumen

Este artículo afirma la importancia de la Historia Regional de Mato Grosso del Sur y su enseñanza en el aula, sus limitaciones y posibilidades para atender las directrices oficiales de la educación. Para ello, realiza una investigación historiográfica, proponiendo reflexiones sobre fuentes y narrativas de la historia del pueblo de la región, en sus recortes temporales, evidenciando los silencios y lagunas que marcaron este proceso. El estudio destaca la relevancia de la presencia indígena y paraguaya en la formación de la identidad sul-matogrosense, muchas veces desatendida en los discursos oficiales. Se enfatiza el debate sobre los procesos que transformaron la percepción de la cultura después de la división territorial, lo que generó desafíos para el reconocimiento cultural de la población, reforzando la necesidad de un enfoque educativo que valore las raíces históricas de la región. A partir del análisis de las influencias fronterizas, migratorias y de los procesos de aculturación, se discute el papel de la educación en la construcción de una mirada crítica sobre la propia identidad regional. La escuela, como espacio de aprendizaje y debate, debe promover reflexiones sobre el sentido de pertenencia y la diversidad cultural, a través de la valorización de la Historia Regional. Considerando las contribuciones teóricas de Durval Albuquerque Junior, Stuart Hall, Peter Burke, Paulo Sérgio Nolasco dos Santos y otros autores, se argumenta que la enseñanza de la Historia Regional es fundamental para evitar la simple absorción pasiva de culturas externas y fomentar un intercambio cultural auténtico. El artículo concluye que fortalecer la enseñanza de la Historia Regional representa un acto de resistencia y valorización cultural, esencial para la formación ciudadana de los estudiantes y para el reconocimiento del legado histórico que construyó Mato Grosso del Sur.

Palabras clave: Historia Regional – Educación – Mato Grosso del Sur

¹ Graduando do curso de História, licenciatura na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito analisar as perspectivas historiográficas, políticas e educacionais que envolvem o ensino da História Regional de Mato Grosso do Sul. Ao longo do texto, são exploradas suas múltiplas dimensões e nuances didáticas, com atenção especial aos processos de pesquisa, leitura crítica e escrita histórica. A abordagem busca evidenciar como essas práticas contribuem para a construção de uma educação mais contextualizada, capaz de dialogar com as identidades, memórias e especificidades culturais da região. Para isso busca-se compreender como diversas influências políticas e culturais determinaram o fluxo da narrativa historiográfica, tanto a contada quanto a silenciada – o cenário atual da história regional na escola, nos livros didáticos, no ensino superior, e as produção de pesquisas. Contemporizando o pensamento, onde os critérios da “Nova História” e a visão humanista, mudaram o foco, o agente protagonista e a percepção do objeto. Analisar as propostas, limites e perspectivas possíveis para a educação oficial, em consonância com as diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que incentiva novos estudos educacionais, pautadas no respeito e na valorização das relações étnico-raciais e sociais, evidenciando o protagonismo dos povos originários afro-indígenas, incitando uma reflexão sobre a sociedade sul-mato-grossense.

O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (2021), alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), fortalece a valorização da História Regional ao propor abordagens que contemplam a diversidade étnico-racial e cultural do estado. Enquanto a BNCC estabelece princípios gerais para a educação nacional, o Currículo de Referência adapta essas diretrizes à realidade sul-mato-grossense, promovendo um ensino mais contextualizado e significativo para os estudantes. Dessa forma, ambos os documentos se complementam na construção de um ensino que valoriza a formação identitária regional e histórica como pilares para a formação cidadã, e ainda assim, não se percebe o resultado de tal aplicabilidade na prática.

É determinante que um povo conheça sua própria história, e se ele não a contar, outros a contarão por ele. Porém, o que e quem conhece História Regional de Mato Grosso do Sul? Quais fontes podem ser acessadas para se conhecer a história de Mato Grosso do Sul? Qual o acesso da população aos patrimônios materiais e imateriais? Quais correntes historiográficas narram essas histórias e que histórias são contadas por essas narrativas? Ocorreram mudanças no fluxo das histórias que afetaram o conhecimento e nas culturas moldadas pelas narrativas

dos historiadores? Se o local oficial de se aprender História Regional é a escola, será que nossos livros de história regional, inclusive os didáticos, são feitos para isso?

Inicialmente, é importante observarmos que, ao longo dos tempos, a historiografia transformou a forma como fontes, fatos e eventos passaram a serem abordados. Novos conceitos foram aplicados, evoluíram as perspectivas dos historiadores e docentes, especialmente a partir do movimento conhecido como Nova História e da concepção de História Cultural, na qual a História Regional encontra suas raízes. Nesse contexto, observa-se uma mudança na compreensão do agente histórico, tradicionalmente associado à figura do herói, ao feito heroico, o vencedor. Aqueles que não figuram nos registros históricos oficiais, ou que aparecem sem a devida simetria na relação entre dominante e dominado, são justamente aqueles cujas contribuições deveriam ser reconhecidas como essenciais para a cultura regional.

Este estudo também compreende a necessidade de investigar a historicidade sul-mato-grossense em diferentes períodos, valorizando as especificidades culturais da região e promovendo uma abordagem crítica e contextualizada do passado em relação ao presente. Ao adotar essa linha de análise, busca-se compreender a interação entre as produções culturais, a história, a identidade coletiva e o território, possibilitando uma interpretação mais profunda e acessível dos processos históricos que moldaram o de povo Mato Grosso do Sul, reconhecendo as dinâmicas identitárias que abrangem tanto as etnias autóctones quanto os grupos que imigraram ou migraram para a região, contribuindo para a construção de um tecido sociocultural plural.

A cultura sul-mato-grossense resulta de interações múltiplas e contínuas, refletindo a complexidade histórica e social da região, exigindo um olhar atento às narrativas historicamente ressignificadas e às influências políticas que moldam a memória e as identidades regionais, o que evidencia a urgência de ampliar a produção acadêmica nessas temáticas, favorecendo representações mais inclusivas e equilibradas da diversidade cultural do estado.

Cientes de que não conseguiremos esgotar todas as fontes, esta pesquisa bibliográfica utiliza como metodologia, analisar e interpretar algumas obras historiográficas de relevância academicamente, valorizando as articulações conceituais e suas relações dialógicas. Para isso, a metodologia adotada envolve a análise da historiografia regional e o esforço referencial de conceitos estabelecidos, garantindo o alinhamento das propostas da BNCC para a formação cidadã dos estudantes,

Segundo Corrêa Filho e Corrêa (Mato Grosso do Sul, 2013), grande parte do que conhecemos enquanto História Regional do Mato Grosso do Sul, até as décadas de 1980 e 1990,

eram produzidas por historiadores diletantes², sem um compromisso acadêmico formal, indivíduos apaixonados pelo conhecimento e que visavam contribuir com a preservação da memória, sendo, em sua maioria, narrada sob a ótica dos grandes proprietários de terras.

Ademais, ele afirma que a História do Mato Grosso era escrita a partir do litoral, sob uma perspectiva de pesquisadores das universidades do eixo Rio-São Paulo, que observavam os acontecimentos de fora, sem vivência direta: “Os bandeirantes foram para Mato Grosso, sendo que para nós, eles vieram”. Tal perspectiva refletia uma abordagem historiográfica regionalista, mas carecia de uma vivência autêntica na região, reforçando o paradoxo de discutir a história local sem um conhecimento aprofundado da realidade sul-mato- grossense.

Os historiadores do litoral não detinham todos os conhecimentos, vivência e saberes da região, cuja dinâmica era profundamente marcada pelas lutas dos povos indígenas contra os colonizadores, grileiros de terras contra pequenos proprietários e ainda, os coronéis contra todo mundo, ou ainda em razão da própria luta pela sobrevivência, em um cenário extremamente hostil que é o relevo geográfico pantaneiro, com alternâncias de ciclos de cheias e secas, animais silvestres peçonhentos e selvagens, insetos de todos os tipos.

Uma sociedade desenvolvida e moldada por uma produção cultural, um modo de vida peculiar, as tradições, tudo criado durante séculos de povoamento, contando ainda com fronteiras determinantes na formação cultural, proporcionando convivências com os povos bolivianos e paraguaios, nem sempre pacíficas. Fronteiras marcadas por incertezas e preconceitos, palco da Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai), conflito que determinou a que país a região de Mato Grosso do Sul pertenceria e como os vencedores tratariam os vencidos, ou ainda a fronteira com a Bolívia, a incerteza de um país envolto em constantes conflitos políticos, que marcaram as relações em uma região que sempre sonhou encontrar caminhos bioceânicos, desde o século XV, até os dias atuais.

Uma sociedade desenvolvida e moldada por uma produção cultural, um modo de vida peculiar, as tradições, tudo criado durante séculos de povoamento, contando ainda com fronteiras determinantes na formação cultural, proporcionando convivências com os povos bolivianos e paraguaios, nem sempre pacíficas.

Uma cultura historicamente marcada pelo uso de mão de obra escravizada ou análoga à escravidão, como os indígenas guaranis pelos espanhóis nas reduções³, na produção de erva-

² Historiadores diletantes – referem-se a pessoas que se dedicam ao estudo da história por prazer, sem necessariamente terem formações e critérios acadêmicos, também são chamados de memorialistas.

³ Reduções – os pequenos povoamentos eram chamados assim, por terem um formato reduzido de uma vila (Brazil, 2014).

mate no pós-guerra (Silva, 2011, p.122), ou paraguaios nas fazendas de gado (Brazil, 2014, p. 263,264). A mineração de Cuiabá, como a de outras regiões auríferas, baseava-se quase exclusivamente no trabalho escravo, sendo os negros transportados em longas e penosas jornadas fluviais até os sertões do oeste.” (Holanda, 2015, p. 63). Essas práticas deixaram marcas profundas no ideário político-social, refletindo-se até hoje nas relações de trabalho rurais, em plantações, nas fazendas ou nas produções de carvão vegetal. O que frequentemente, faz o estado de Mato Grosso do Sul, ser associado à denúncias de exploração infantil, trabalhos e condições análogas à escravidão, notícias recorrentes em telejornais.

No campo educacional, observa-se um movimento para que o ensino de História Regional de Mato Grosso do Sul se alinhe às novas competências exigidas pelas disciplinas de Ciências Humanas, tais esforços buscam não apenas garantir a atualização metodológica, mas também promover um aprendizado mais acessível e contextualizado. Entendemos que a percepção contemporânea da História Regional de Mato Grosso do Sul deva transcender a visão política centrada na divisão do estado em 1977, reconhecendo que sua trajetória histórica remonta aos períodos pré-colombianos, passando pelo protagonismo dos povos originários, pelo período colonial, imperial e republicano, sua participação nas diferentes fases históricas e suas respectivas influências no contexto nacional, evidenciam a necessidade de uma enfoque mais abrangente e crítico.

1 HISTÓRIA REGIONAL NA ESCOLA

As normas que regem a Educação Básica brasileira, determinam que a educação tenha base comum, a ser complementada nos respectivos sistemas de ensino estaduais e municipais, bem como nos estabelecimentos escolares, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade. É necessário compreender o que fundamentam o ensino de História e História Regional. Para isso destacamos as competências essenciais definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018),

Competências específicas de História de acordo com a BNCC (2017):

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e

povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 685,686).

Não só essas competências representam objetivos fundamentais para os docentes que atuam na licenciatura de História na Educação Básica, conforme estabelecido pela BNCC, mas também no processo de ensino-aprendizagem, devem ser constantemente ativadas por meio de propostas pedagógicas estruturadas e estratégias que favoreçam o engajamento dos estudantes, permitindo que acessem e desenvolvam seus mecanismos de compreensão histórica.

Diante desse contexto, o papel do educador torna-se fundamental na formação de estudantes, tornando-os capazes de lidar criticamente com a avalanche de informações disponíveis no mundo digital. O ensino de História Regional, pode contribuir para a construção de um pensamento crítico, ajudando os alunos a diferenciar narrativas fundamentadas de discursos desinformativos. Dessa forma, a escola se posiciona como um espaço essencial para o desenvolvimento de competências investigativas, promovendo uma aprendizagem significativa e conectada à realidade social e cultural da região.

Por conseguinte, na apresentação do livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Territórios e Fronteiras, (Catelli Junior, 2020, p. 3), adotado pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS – para o Ensino Médio podemos observar uma reflexão acerca dos tempos atuais, “Neste mar sem fim de informações em que vivemos no século XXI [...] não basta buscar sem critério, informações na internet” – embora a tecnologia ofereça ferramentas valiosas para o aprendizado, ela também compete pela atenção dos estudantes – e continua: “A internet, a multimídia, os games, o mundo digital, o que poderia ser uma ferramenta fundamental para a educação dos estudantes do século XXI, acabam sendo os concorrentes pela atenção dos jovens em relação ao ensino.

Essa característica não é privilégio do Brasil, mas sim uma crise mundial que vem sendo discutida em inúmeros congressos e palestras pelo mundo. Atualmente, uma infinidade de conteúdos de qualidade, inclusive de literatura e História Regional podem ser acessados, mas é preciso que se conheça o que está pesquisando, pois da mesma forma existem uma infinidade de desinformações.

Podemos citar como exemplos: *TED Talk: "Do Schools Kill Creativity?"*⁴ – Sir Ken Robinson (2006). Nesta palestra, Sir Ken Robinson questiona os métodos pedagógicos convencionais, argumentando que os sistemas educacionais tradicionais podem inibir a criatividade dos alunos e, conseqüentemente, contribuir para o seu desinteresse. Embora o foco da palestra não seja diretamente o desinteresse estudantil, ela faz uma crítica aos modelos pedagógicos que inibem a criatividade, mantendo sistemas tradicionais de ensino que inibem a criatividade e as capacidades cognitivas. Isso pode estar relacionada à falta de engajamento dos alunos e alunas.

Atento a esse problema, o Congresso Nacional de Pesquisas Educacionais (CNPE), realizado periodicamente, é uma importante plataforma de discussão e divulgação de estudos sobre os desafios do ensino, incluindo o desinteresse dos alunos pela escola. Os anais do CNPE⁵ reúnem pesquisas que analisam, de forma crítica, fatores contextuais, metodológicos e institucionais que influenciam a motivação estudantil, propondo inovações pedagógicas e metodológicas para um ensino mais envolvente e significativo⁶. Ambos os exemplos reforçam a necessidade de repensar os modelos educacionais para tornar o ensino mais atrativo e significativo para os estudantes. Enquanto Sir Ken Robinson (2006) destaca os efeitos da rigidez pedagógica na criatividade e engajamento dos alunos, as pesquisas do CNPE aprofundam essa discussão ao analisar os fatores institucionais e metodológicos que influenciam a motivação estudantil.

Por que a escola tradicional se tornou tão desinteressante para os estudantes do século XXI?

Entendemos que a escola atualmente disputa a atenção diretamente com o mundo digital, com os avanços tecnológicos, com a fluidez que as redes sociais se comunicam, com as informações multissensoriais em filmes, séries, vídeo games entre outros, que se utilizam para atrair a atenção dos estudantes, ou seja o mundo externo evoluiu, e a educação insiste em um modelo tradicional. Então, ou os docentes buscam caminhos criativos que atraiam a atenção para suas aulas, ou estarão fadados a serem os “professores chatos da escola”. As sete competências estabelecidas pela BNCC para o professor de História demandam o uso de metodologias diversificadas, capazes de atender de forma efetiva às necessidades dos

⁴ Palestra disponível no canal YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=iG9CE55wbtY>

⁵ Disponível em: Repositório UFT: Um olhar crítico para a cultura do desinteresse nas aulas de língua inglesa. repositorio.uft.edu.br

⁶ *Fonte:* Anais do Congresso Nacional de Pesquisas Educacionais, utilizados também pela ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação).

estudantes. Este estudo aplicado surge como uma tentativa de explorar alternativas que possam tornar o ensino mais dinâmico e significativo. Talvez alguém pense que basta utilizarmos das tecnologias, que estaremos no mesmo pé de igualdade que a mídia digital, porém há de se levar em conta as subjetividades, as preferências, e o fator diversão. O desinteresse dos alunos não decorre apenas do avanço tecnológico, mas da natureza dos conteúdos e metodologias utilizadas. A forma como o ensino é ofertado influencia diretamente no engajamento e na motivação estudantil.

A História Regional configura-se como um elo dinâmico entre os estudantes e sua realidade, contrastando com modelos tradicionais de ensino que, muitas vezes, apresentam conteúdos desconectados do cotidiano e do sentimento de pertencimento. Ao incorporar hábitos, costumes, vivências e manifestações culturais presentes na sociedade e em sua etnografia, essa abordagem torna o conhecimento histórico mais palpável e relevante. Além de promover o reconhecimento das narrativas locais, estimula uma participação reflexiva e engajada dos estudantes, transformando a sala de aula em um espaço de construção do conhecimento e valorização da diversidade cultural.

Quanto à História Regional de Mato Grosso do Sul, o Referencial Curricular destaca a importância da conscientização e da percepção histórica como elementos fundamentais para a formação dos estudantes. É essencial que os alunos relacionem os conteúdos históricos ao seu contexto de vivência, promovendo interações dialógicas e refletindo sobre os desafios que lhes são pertinentes. Além disso, o reconhecimento da relevância dos indígenas e afrodescendentes é indispensável, considerando que, historicamente, esses grupos étnicos foram marginalizados por questões raciais e socioeconômicas que favoreceram a manutenção do poder por grupos dominantes. O Referencial Curricular também estabelece requisitos essenciais para a construção do conhecimento histórico, promovendo uma abordagem reflexiva e dialógica.

A partir desta contextualização acerca de fundamentos essenciais do saber histórico, o referencial curricular de História lança um olhar dentro de uma perspectiva reflexiva, que deverá partir de uma conjuntura local para o global, num movimento dinâmico e dialógico. Não se trata apenas de ater-se a conhecimentos históricos postos, mas sim, agregar significados e conceitos que venham contribuir para que vozes, antes não ouvidas, possam ecoar e valer-se como elemento constitutivo da história e da identidade desse povo, principalmente os indígenas, pois foram eles os primeiros a ocuparem o espaço que forma a sociedade sul-mato-grossense. (Mato Grosso do Sul, 2021, p.683).

Quanto à forma de ensinar História Regional de Mato Grosso do Sul, o Referencial Curricular, atualmente, reforça a necessidade de compreender que a trajetória histórica do estado não se inicia com sua divisão territorial, mas remonta a um amplo contexto passado,

essencial para a formação da identidade sul-mato-grossense. É fundamental que esse processo seja reconhecido e ensinado como parte da construção epistemológica da história regional. A História Regional surge como uma ferramenta essencial para conectar o estudante à sua realidade, em contraposição aos modelos tradicionais, que frequentemente apresentam conteúdos distantes de seu cotidiano e de suas vivências. Em vez disso, requer incorporar elementos concretos da experiência diária—como hábitos, costumes, práticas locais, expressões culturais e manifestações étnicas presentes no espaço rural e urbano—possibilitando que o conhecimento histórico seja integrado de forma significativa à realidade vivida pelos alunos.

Para a abordagem da história sul-mato-grossense é necessária a compreensão de que, por essas terras, diferentes sociedades, povos originários, colonizadores, comunidades afrodescendentes e migrantes se encontraram e de que esses encontros geraram situações de conflitos marcados por disputas, resistências e estratégias. O ensino dessa história local deve proporcionar ao estudante sul-mato-grossense a percepção de que está inserido em uma história em construção. Sob essa ótica, esse estudante investigador poderá identificar-se ao reconhecer o protagonismo de suas etnias originárias, manifestadas por meio de luta, resistência e resiliência. (Mato Grosso do Sul, 2021, p. 684).

O Referencial Curricular destaca a História Regional de Mato Grosso do Sul como um campo dinâmico de encontros culturais e conflitos históricos, enfatizando a necessidade de que os estudantes compreendam seu papel dentro de uma narrativa histórica em constante construção. Essa abordagem possibilita a valorização do protagonismo das etnias originárias, evidenciando suas estratégias de resistência ao longo do tempo e promovendo uma visão crítica sobre a formação da identidade sul-mato-grossense.

Além de enriquecer o processo de aprendizagem, o ensino da História Regional fortalece o senso de identidade e pertencimento, conectando os alunos ao passado e ao contexto social em que estão inseridos. Dessa forma, essa abordagem contribui significativamente para a formação integral dos estudantes, despertando maior interesse e engajamento nos conteúdos históricos subsequentes.

Com as reformas da BNCC de 2018 e as novas edições do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD⁷ - os livros didáticos de História na Educação Básica tornaram-se cada vez mais generalistas ou foram incorporados à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa mudança reduziu significativamente os conteúdos disponíveis, dificultando a construção de um desenvolvimento didático estruturado com base na cronologia dos estudos, além disso, por serem de circulação nacional, raramente irão contextualizar algo, regional. Nesse contexto,

⁷ O PNLD é um programa do Ministério da Educação (MEC), junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a compra e distribuição de livros e materiais didáticos para professores e estudantes de escolas públicas de todo o país.

destacam-se as contribuições educacionais oriundas de cada região, com suas especificidades socioculturais, conforme previsto nas orientações da BNCC.

No caso dos livros de História Regional de Mato Grosso do Sul, sua presença nas bibliotecas é limitada, possivelmente devido à baixa tiragem das edições ou à reduzida produção historiográfica sobre o tema. Além disso, esses materiais costumam ser elaborados a partir de recortes temporais ou eventos específicos, abordando regiões delimitadas do estado, o que dificulta sua adaptação ao contexto didático.

Essa complexidade impõe desafios à aplicação pedagógica, uma vez que, nesse nível de ensino, a sistematização e simplificação dos conteúdos são essenciais para garantir uma aprendizagem significativa e contextualizada. Dessa forma, a escassez de material acessível e estruturado para a Educação Básica torna-se um obstáculo para docentes que buscam integrar a História Regional ao currículo de forma eficaz.

Onde e como encontrar, catalogar e selecionar conteúdos e ferramentas adequadas para pesquisas ou para o ensino da História Regional? A BNCC reforça a importância de utilizar fontes escritas e não escritas, incluindo manifestações artísticas, saberes tradicionais e diversas ferramentas que possam enriquecer o aprendizado. Esse processo deve ocorrer em um ambiente de diálogo com os estudantes, incentivando questionamentos, compartilhamento de vivências e aprofundamento do conhecimento histórico.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. (Brasil, 2018, p. 400).

Segundo Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa, professores de História aposentados da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: “Considerando toda essa formação híbrida, esse fluxo de tantas culturas, o que pode ser trabalhado em termos de história para aumentar o sentimento de pertença e o compromisso com o próprio estado?” (Fundação de Cultura do MS, 2013). A professora Lúcia destacou a relevância da criação do Museu de História do Pantanal em Corumbá-MS (atualmente fechado para reforma e manutenção), enfatizando que sua existência poderia contribuir significativamente para esse entendimento. Reforçou que seria essencial o envolvimento dos docentes no estímulo à visitação por parte dos estudantes, despertando, assim, o interesse também das famílias.

Uma década depois, percebe-se que essa proposta não se concretizou. Diante desse

cenário, torna-se necessário inverter essa lógica: se a escola e a família não foram ao museu, é preciso levar o museu e a história às escolas. Mais do que isso, a difusão da literatura historiográfica e o acesso ao conhecimento sobre os patrimônios materiais e imateriais devem ser promovidos como instrumentos para fortalecer a identidade cultural e histórica da região, o uso de tecnologias como pesquisas na internet, visita virtual a museus, ou apresentação de slides preparados previamente, apresentação de filmes, podem amenizar tais problemas, mas requer do professor de história, um esforço maior, além do fato de se perceber a realidade das ferramentas que cada escola proporciona.

Observa-se um processo de aculturação⁸ na sociedade sul-mato-grossense, impulsionado pela globalização e pela universalização da identidade cultural, o que é local perdeu o interesse para temas maiores, ou mais acessíveis. Nesse contexto, a comunicação midiática, o intercâmbio entre diferentes povos e diversos fatores socioculturais desempenharam um papel crucial no apagamento das identidades locais. No entanto, compreender a própria história e cultura, reconhecendo os aspectos sociais que integram o cotidiano, é essencial para fortalecer a identidade regional e preservar sua diversidade diante das influências externas. A endoculturação⁹ nas salas de aula do Mato Grosso do Sul representa um processo essencial para a internalização do acervo histórico e cultural acumulado ao longo de mais de quinhentos anos. Esse processo possibilita a compreensão do protagonismo dos agentes sociais na região, bem como a valorização de suas vivências e saberes em diferentes momentos da história do país.

Além disso, torna-se imprescindível o aprofundamento no estudo da cultura dos povos indígenas, considerando que Mato Grosso do Sul abriga um dos maiores contingentes populacionais indígenas do país. Da mesma forma, a compreensão da presença e contribuição antropológica da cultura afro-brasileira na região deve ser promovida, conforme estabelecido pela Lei nº 11.645/2008¹⁰, que determina a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" em toda a Educação Básica. Integrar esses conhecimentos ao processo de endoculturação é essencial para garantir um entendimento amplo e contextualizado

⁸ Marvin Harris, em "Antropologia Cultural" (1999, p. 55), descreve a aculturação como o processo pelo qual os membros de uma sociedade adotam os padrões culturais de outra sociedade. Ele destaca que a aculturação pode ocorrer em diferentes graus e pode envolver resistência por parte do grupo menos dominante. HARRIS, Marvin. *Antropologia Cultural*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

⁹ Marvin Harris, em "Antropologia Cultural" (1999, p. 53), descreve a endoculturação como a maneira pela qual comportamentos, modo de pensar é passado de geração à geração. É um processo de transmissão cultural que garante a continuidade dos padrões culturais dentro de uma sociedade. HARRIS, Marvin. *Antropologia Cultural*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999

¹⁰ Lei Federal 11.645 de 10 de março de 2008. Brasília, DF, 2008. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: junho, 2005.

da própria cultura, contribuindo para a quebra de preconceitos e paradigmas que persistem na sociedade sul-mato-grossense. Assim como a historiografia, o ensino de História Regional em todo o país tem passado por transformações significativas. Busca-se superar abordagens tradicionais e incorporar perspectivas que valorizem a diversidade e a complexidade das experiências históricas locais. De acordo com a BNCC (Brasil, 2018), o ensino de História propõe o desenvolvimento de ações que incentivem o protagonismo juvenil, a preparação para a pesquisa científica e a formação cidadã, tornando o aprendizado mais dinâmico e conectado à realidade dos estudantes.

[...] “componente curricular História, no Ensino Médio, propõe aprofundar conceitos para o entendimento dos processos históricos, políticos, sociais, culturais, ambientais ao longo do tempo, percebendo o indivíduo em sua coletividade como sujeito histórico de acontecimentos, além de estabelecer relações de tempo e espaço por meio de diversas fontes: memórias, registros, documentos, jornais, livros e outras que contribuem para a produção histórica do desenvolvimento da humanidade”. [...] Nesse cenário, o conhecimento da História contribui para a formação do estudante na contemporaneidade com uma trajetória de autoria e protagonismo nas ações como ser social, participativo e comprometido em ampliar conhecimentos, reconhecendo as contradições e problemáticas para atuar na sociedade. Dessa forma, a História consolida os estudos do passado e presente, como uma ciência que articula os vários componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e contribui para que os estudantes integrem diversos estudos críticos e reflexivos, expondo as permanências, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas entre o local, regional, nacional e mundial. (Brasil, 2022, p. 91, 92)

Nessa perspectiva, a bagagem cultural, os desejos e os questionamentos do presente tornam-se pontos essenciais para a construção do conhecimento histórico, tanto no ambiente escolar quanto para aqueles que buscam compreender o passado. Essa abordagem desloca o conhecimento histórico de uma simples transmissão de fatos para um processo contínuo de crescimento cultural e cognitivo, fundamentado nas experiências e indagações subjetivas, promovendo uma compreensão mais significativa e contextualizada do passado.

Falar de História Regional é falar do cotidiano, dos costumes sociais, trazendo o passado para a contemporaneidade, enquanto fonte de reflexão, independentemente da faixa etária, do nível escolar ou do contexto social. Discutir a História Regional sul-mato-grossense em espaços educacionais, de forma dialógica, como rodas em conversa com os discentes, possibilita a aproximação entre o conhecimento acadêmico e o saber histórico, tornando-o mais acessível e relevante para uma relação de pertencimento.

O conhecimento da História Regional constitui um vetor essencial para o desenvolvimento do senso da identidade cultural. Além disso, fomenta a reflexão crítica sobre as interconexões entre passado e o presente, por meio da análise da história cultural e epistemológica das comunidades envolvidas. Para José D’Assunção Barros (2005), a História

Regional é uma abordagem historiográfica que enfatiza o uso de fontes regionais, considerando um espaço que não necessariamente se limita a um recorte administrativo ou geográfico, mas que se volta para questões sociais e antropológicas:

Também a História Regional poderia ser classificada como modalidade historiográfica ligada a uma abordagem, no sentido de que elege um campo de observação específico para a construção da sua reflexão ao construir ou encontrar historiograficamente uma “região”. Examinando um espaço de atuação onde os homens desenvolvem suas relações sociais, políticas e culturais, a História Regional viabiliza através de sua abordagem um tipo de saber historiográfico que permite examinar uma ou mais destas dimensões nesta região que pode ser analisada tanto no que concerne aos seus desenvolvimentos internos, como no que se refere à sua inserção em universos mais amplos. (Barros, 2005, p.2)

Dessa forma, as diretrizes da nova BNCC orientam a busca por caminhos dialógicos que possibilitem o reconhecimento da bagagem cultural dos alunos e alunas e de seus ancestrais. Além disso, destacam a importância de compreender o meio em que estão inseridos e de utilizar as ferramentas tangíveis que esse ambiente oferece para enriquecer a aprendizagem histórica.

2 A EVOLUÇÃO HISTORIOGRÁFICA, E OS CONCEITOS NECESSÁRIOS PARA A HISTÓRIA REGIONAL

O desenvolvimento da historiografia e a conceitualização de região, regionalismo e regionalidade passaram por transformações significativas ao longo do tempo. Diferentes perspectivas teóricas influenciaram a maneira de se produzir e interpretar a História Regional, adaptando-se aos contextos sociais e metodológicos de cada período. Compreender essas mudanças é essencial para analisar como a produção historiográfica contemporânea estrutura o conhecimento histórico e seu impacto na identidade e na memória coletiva do povo sul-mato-grossense.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2006), aborda as relações de dominação territorial a partir de uma perspectiva que problematiza o conceito de região. Em seus estudos, ele destaca que a construção de identidades regionais não está necessariamente vinculada a recortes administrativos ou geográficos, mas sim a processos sociais e antropológicos que envolvem disputas de poder, resistência e estratégias de controle.

Mas se atentarmos para a arqueologia das noções espaciais, das metáforas e conceitos espacializantes que usamos, vamos encontrar a historicidade que habita estes conceitos. Vamos perceber o papel que a própria linguagem desempenha no estabelecimento, na elaboração e na reelaboração das noções espaciais que manipulamos e como estas dão origem a práticas espaciais, a ações em relação aos espaços, como estas noções espaciais são a base e dirigem projetos políticos, administrativos, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares, regiões, nações. A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob o

comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma dada legião romana, de um regimento. Ela se confunde, muitas vezes, com a noção de província, que vem do latim *vincere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano. Mais tarde, nos finais da Idade Média, com a progressiva centralização do poder, região passa a ser o território, a área sob o domínio do rei, do latim *regio*, aquele que rege, que comanda, que governa. A palavra região remete, pois, a comando, a domínio, a poder. A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. (Albuquerque Júnior, 2006, p.57).

Os conceitos apresentados por Durval Muniz de Albuquerque Júnior destacam que a construção de uma região vai além definições governamentais. No caso de Mato Grosso do Sul, essa perspectiva permite compreender como fatores políticos e forças administrativas moldaram seu desenvolvimento ao longo dos séculos. A região não surge apenas de um decreto de divisão territorial, mas sim de um processo social contínuo, marcado por interações culturais, disputas de poder e transformações históricas que consolidaram sua identidade.

A abordagem de Vidal de La Blache (2012) enfatiza a região como uma “área singular onde a interação entre fatores naturais e a ação humana desenvolve um gênero de vida característico”. A região é vista como um organismo com coesão interna, moldado pela longa duração da relação homem-meio. Essa visão possibilita contrapor-se ao determinismo geográfico, enfatizando que as sociedades possuem autonomia para moldar seu espaço, adaptando-se às condições naturais sem serem completamente determinadas por ela.

Henri Lefebvre (2008) propõe a compreensão da região como um espaço socialmente produzido, resultado da interação entre três dimensões fundamentais: o espaço percebido, concebido e vivido. Essa abordagem destaca que a região não é apenas um recorte geográfico, mas um reflexo das relações sociais, econômicas e políticas que moldam sua estrutura ao longo do tempo. É fundamental que definamos a partir dos conceitos de região, sem que se crie uma ilusão de identidade, ou de identidades, que seja adequada a esse ou aquele interesse, mas que represente a verdade social antropológica a que se pretende. O conceito de região se complementa da seguinte forma:

A região e sua reprodução passam, pois, pelo engajamento de forças sociais, de grupos sociais, de elites regionais, pela militância de indivíduos que subjetivam e participam do processo de subjetivação da identidade regional. A região, para realmente existir, para não ser um mero recorte político-administrativo, uma demarcação abstrata feita pelo Estado, que ninguém reconhece ou em nome do qual ninguém fala ou age, tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivencia e de quem a pratica ou em nome dela discursa. (Albuquerque Junior., 2008, p. 60).

Portanto, uma região não se limita a uma demarcação de terras, ou mesmo de um

decreto. Uma região envolve o pertencimento daqueles que a reconhecem como sua. A conexão entre identidade, territorialidade e subjetivação social está estabelecida, reforçando a ideia de que a região é construída por meio da participação ativa dos indivíduos e grupos sociais que nela vivem e a reconhecem. A definição conceitual dos termos regionalismo e regionalidade, nos permitem acrescentar melhor elucidação acerca dessa dinâmica. Regionalismo e regionalidade são conceitos distintos, embora relacionados. Regionalidade refere-se às características próprias de uma região, incluindo elementos como a culinária, a música, o folclore, as festividades e os modos de vida. Esses aspectos fazem parte da identidade local e se manifestam naturalmente entre seus habitantes, são aspectos percebidos e que representam a cultura popular.

A regionalidade passa a ser vista como elemento ontológico dos próprios sujeitos que aí habitam. O ser mato-grossense do sul (sic) implica na admissão de que este espaço, esta condição de nascimento ou pertença, é definidora da verdade interior, do segredo mais íntimo, é atribuidora de diferenças ontológicas em relação a quem não nasceu ou não pertence a este espaço. A identidade regional implica um sentir-se regional, que mal esconde um desejo de ser regional, fruto daquilo que Deleuze¹³ chama de necessidade de simulação de territórios que acompanha a espécie humana. Somos seres territoriais desde as mais recuadas formas de organização social humanas. O espaço, a habitação de um lugar, a prática de um lugar, a defesa de um espaço, a implantação espacial vem sendo uma característica da espécie humana. Vivemos espaços e sonhamos com espaços. (Albuquerque Junior., 2008, p. 60,61)

A regionalidade também pode ser vista como um elemento ontológico dos próprios indivíduos que habitam a região. O ser sul-mato-grossense implica no reconhecimento de que o espaço, a condição de nascimento e o sentimento de pertencimento moldam a identidade individual e coletiva. Esse sentimento regional carrega um desejo implícito de pertencimento. Já o regionalismo, por outro lado, consiste na valorização ativa dessas características regionais. Muitas vezes, manifesta-se como um movimento artístico, político ou social que visa reforçar e preservar a identidade local. O regionalismo se concretiza pelo vínculo emocional e pelo sentimento de pertencimento, sendo uma forma de representação da cultura regional.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p. 66), “o discurso regionalista fabrica a região, encobre ou disfarça”, criando uma visão do que se deseja mostrar. O desafio reside em identificar quem constrói essa representação, pois o regionalismo pode surgir como um instrumento de dominação, moldado pelos interesses de grupos específicos detentores do poder. A História Regional pode ser analisada sob diferentes perspectivas. Para historiadores e professores de História, compreender as narrativas de dominação e evitar suas armadilhas retóricas é essencial, pois as histórias oficiais, muitas vezes construídas pelo poder, tendem a ser atrativas e sedutoras.

A regionalidade passa a ser vista como elemento ontológico dos próprios sujeitos que aí habitam. O ser mato-grossense do sul (sic) implica na admissão de que este espaço, esta condição de nascimento ou pertença, é definidora da verdade interior, do segredo mais íntimo, é atribuidora de diferenças ontológicas em relação a quem não nasceu ou não pertence a este espaço. A identidade regional implica um sentir-se regional, que mal esconde um desejo de ser regional, fruto daquilo que Deleuze¹³ chama de necessidade de simulação de territórios que acompanha a espécie humana. Somos seres territoriais desde as mais recuadas formas de organização social humanas. O espaço, a habitação de um lugar, a prática de um lugar, a defesa de um espaço, a implantação espacial vem sendo uma característica da espécie humana. Vivemos espaços e sonhamos com espaços. (Albuquerque Junior., 2008, p. 60,61)

A regionalidade também pode ser vista como um elemento ontológico dos próprios indivíduos que habitam a região. O ser sul-mato-grossense implica no reconhecimento de que o espaço, a condição de nascimento e o sentimento de pertencimento moldam a identidade individual e coletiva. Esse sentimento regional carrega um desejo implícito de pertencimento. Já o regionalismo, por outro lado, consiste na valorização ativa dessas características regionais. Muitas vezes, manifesta-se como um movimento artístico, político ou social que visa reforçar e preservar a identidade local. O regionalismo se concretiza pelo vínculo emocional e pelo sentimento de pertencimento, sendo uma forma de representação da cultura regional.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p. 66), “o discurso regionalista fabrica a região, encobre ou disfarça”, criando uma visão do que se deseja mostrar. O desafio reside em identificar quem constrói essa representação, pois o regionalismo pode surgir como um instrumento de dominação, moldado pelos interesses de grupos específicos detentores do poder. A História Regional pode ser analisada sob diferentes perspectivas. Para historiadores e professores de História, compreender as narrativas de dominação e evitar suas armadilhas retóricas é essencial, pois as histórias oficiais, muitas vezes construídas pelo poder, tendem a ser atrativas e sedutoras.

José Carlos Reis, em *Desafio Historiográfico* (2010), explana a disputa teórica entre Fernand Braudel¹¹ e Claude Lévi-Strauss¹² nas décadas de 1950 e 1960, centrada na relação entre história e estrutura na análise das sociedades.

De acordo com Reis, a antropologia para Lévi-Strauss deveria buscar caminhos por

¹¹ Fernand Braudel (1902–1985) foi um historiador francês da Escola dos Annales, conhecido pelo conceito de longa duração, que analisa processos históricos profundos. Revolucionou a historiografia ao destacar fatores geográficos e socioeconômicos na história. BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*. Tradução de Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

¹² Claude Lévi-Strauss (1908-2009) foi antropólogo, etnólogo e professor francês. Formado em direito e filosofia na França e produtor de uma vasta obra, Lévi-Strauss foi o criador da antropologia estrutural e um dos maiores pensadores do século XX. Disponível em <<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1276>>. Acesso em 13 ago. 2023.

meio da etnologia, reconhecendo o protagonismo dos habitantes de determinada região, sua visão de mundo e seus saberes. Ele enfatizava elementos fundamentais e invariantes do cotidiano, suas representações, nos quais os fenômenos mantêm uma significação humana e permanecem compreensíveis tanto cognitivamente quanto sentimentalmente. Portanto, a Nova História antecipa e corrobora com o que hoje conhecemos como História Cultural, fundamental para que entendamos o significado de história regional e sua conceituação. Logo, para que se perceba e reconheça uma História Regional sem o viés político de quem a escreve, podemos afirmar que a História Regional é, ou precisa pensar-se inserida na História Cultural, haja visto o conceito de região aqui proposto, que não é apenas uma representação geográfica, mas sim um conceito que abrange, os hábitos e costumes, o pensar político-social, a temporalidade espacial, a que está inserida.

Fernand Braudel (2008) reconhece a pluralidade do tempo como objetivo e subjetivo, compreendendo sua percepção em três dimensões: instantânea, média e longa duração. Ele argumenta que a distinção entre passado, presente e futuro é uma ilusão, identificando três formas temporais: tempo político ou individual (curta duração) – subjetivo, percebido pelo sujeito em sua experiência direta; tempo cíclico ou conjuntural (média duração) – marcado pela concorrência de eventos e circunstâncias em determinado período; Tempo geográfico ou estrutural (longa duração) – determinante na formação das sociedades, estabelecendo padrões duradouros.

Assim, a Nova História antecipa e corrobora o que hoje conhecemos como História Cultural, essencial para a compreensão da História Regional e sua conceituação. Para que a História Regional seja percebida sem viés político, ela deve ser inserida na História Cultural, pois seu conceito não se restringe à representação geográfica, mas abrange hábitos, costumes, pensamento político-social e a temporalidade espacial em que está inserida. Peter Burke, em *O que é História Cultural?* (2005), explora a renovação da história cultural como uma resposta às abordagens tradicionais que negligenciavam aspectos fundamentais da experiência humana. Ele argumenta que a história cultural abrange manifestações artísticas e culturais que outros historiadores frequentemente deixam de lado, permitindo uma visão mais ampla e integrada.

A abordagem interna trata da presente renovação da história cultural como uma reação às tentativas anteriores de estudar o passado que deixavam de fora algo ao mesmo tempo difícil e importante de se compreender. De acordo com esse ponto de vista, o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar. A ênfase em “culturas” inteiras oferece uma saída para a atual fragmentação da disciplina em especialistas de história de população, diplomacia, mulheres, ideias, negócios, guerra e assim por diante. (Burke, 2005, p. 6).

Segundo Peter Burke (2010), o problema central da definição de cultura reside em sua natureza imprecisa: “O problema básico é que uma ‘cultura’ é um sistema com limites muito indefinidos”. Ele sugere que os historiadores não devem apenas identificar o que é considerado “popular”, mas sim analisar os modos pelos quais os elementos culturais são apropriados e ressignificados ao longo do tempo.

De acordo com Burke (2010, p. 26,37), a cultura popular é a transmitida pela classe de artesãos e camponeses, redescoberta, virou objeto de interesse para os intelectuais europeus no final do século XVIII, essa cultura se manifesta por meio a canção popular, os contos populares, a poesia popular, a literatura popular, entre outras expressões. A valorização da oralidade e da tradição oral consolidou-se nesse período, evidenciada pela publicação de uma vasta coletânea de contos populares pelos irmãos Grimm¹³ em 1812. Embora intitulada *Contos infantis e domésticos*, essa obra expressava a essência cultural do povo, a natureza do povo. Tais movimentos de preservação e difusão da cultura popular expandiram-se significativamente por toda a Europa. A amplitude desse movimento, pode ser associado a uma descoberta da cultura popular, em contraste com a cultura erudita, a ênfase no povo, em suas crenças, usos e costumes, cerimônias, superstições, baladas, provérbios, etc., faziam parte de um todo, expressando o espírito de uma nação, afirma Burke, (2010, p.32).

Tais movimentos passaram a ser percebidos, ora denominados cultura, ora civilização, história intelectual, entre outras. “Nos Estados Unidos do começo do século XX, a palavra-chave era “civilização”, mais que “cultura”, havia a obrigatoriedade de se estudar a história das civilizações ocidentais, que se iniciou a partir do movimento conhecido como “nova história”. (Burke 2005, p.15).

Peter Burke é um dos principais responsáveis por consolidar a história cultural como campo legítimo e fértil da historiografia, ao destacar que a cultura deve ser entendida como um sistema de significados compartilhados, práticas simbólicas e modos de comunicação. Ele amplia a noção de cultura para além das "altas tradições", incorporando saberes populares, gestos cotidianos, imagens, rumores e formas de expressão marginalizadas, elementos fundamentais no estudo da História Regional.

¹³ Apud Burke p. 381) 2010, J.K. A. Musäus (ed.) *Volksmärchem der Deutschen* (1782), e Otmar (ed.) *Volkssagem*, Bremen, 1800.

Uma grande expoente da História Cultural no Brasil, foi Sandra Jatahy Pesavento (1945–2009)¹⁴, uma das principais historiadoras brasileiras dedicadas à História Cultural, sua contribuição nos permite observar o pensamento desenvolvido na Europa, posto em prática no cotidiano regional do contexto das histórias das cidades brasileiras. Suas obras, como *Os Sete Pecados da Capital* (2009) e *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano* (1989), exploram o imaginário social, conceito que define as representações coletivas construídas por uma comunidade ao longo do tempo, onde mitos e lendas são reconhecidos como fatos sociais. Em suas obras, Pesavento analisa como os mitos urbanos e históricos influenciam a percepção coletiva sobre determinados espaços e grupos sociais. O mito, nesse sentido, funciona como um mecanismo de legitimação cultural, reforçando pertencimentos e exclusões dentro da sociedade. Ele pode ser observado na forma de lendas, figuras emblemáticas ou eventos históricos reinterpretados para atender a determinadas narrativas.

José D'Assunção Barros (2005) propõe uma classificação das correntes historiográficas em três grandes modalidades: Dimensões – referem-se aos enfoques centrais adotados na análise histórica, como política, cultura, economia e demografia. Essas categorias determinam a prioridade do historiador em seus estudos, seja na investigação das estruturas de poder, das manifestações artísticas ou das dinâmicas socioeconômicas.

Abordagens – correspondem aos métodos utilizados pelos historiadores na interpretação de fontes e eventos históricos, considerando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Um bom exemplo é a História Oral, que utiliza entrevistas, ou a Micro História, que se concentra em análises em pequenas escalas como um único indivíduo, um único fato, uma pequena comunidade; a História Serial, que trabalha com documentos sistematicamente organizados. A História Regional se insere nesse grupo ao delimitar um espaço geográfico específico para a construção da reflexão historiográfica.

Domínios – abrangem os campos específicos da História, como História Cultural, História Política e História Econômica, definindo o recorte temático da pesquisa. representam áreas temáticas específicas dentro da História, como História da Mulher, História do Direito ou História da Sexualidade. Esses domínios variam conforme os interesses dos historiadores e podem se conectar com diferentes dimensões e abordagens. Alguns possuem afinidade com certas dimensões, como a História da Arte, vinculada à História Cultural, ou a História das

¹⁴ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1978) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1987). Realizou três pós-doutoramentos em Paris. Professor convidado de várias instituições estrangeiras. CNPQ – currículo lattes.

Imagens, relacionada à História do Imaginário. Essa categorização auxilia na organização da historiografia e na compreensão das conexões entre diferentes campos do saber histórico.

A História Regional, por sua vez, constitui um campo de estudo que se concentra na análise de eventos, processos e dinâmicas históricas dentro de um espaço geográfico específico. Diferente da história local, reconhece a contextualização global, inserindo-se nos debates historiográficos mais amplos.

De acordo com Durval Albuquerque Jr. (2008), a História Regional não se limita a divisões administrativas, como estados ou municípios, mas abrange aspectos culturais, sociais e econômicos que caracterizam a região. Assim, a região concede um lugar político à historiografia regional, e esta, por sua vez, oferece um espaço para a região no campo do poder e do saber. A região concede um lugar político à historiografia regional, e esta oferece um lugar para a região, na área do poder e do saber.

Atualmente, observa-se o surgimento de tendências historiográficas que buscam ampliar a compreensão da História Regional, incluindo abordagens interdisciplinares e o uso de novas tecnologias para análise documental. A valorização da memória coletiva, a história oral e a micro história vem ganhando espaço, permitindo que narrativas antes marginalizadas, sejam incorporadas ao debate acadêmico. Além disso, há um esforço crescente para conectar a História Regional com discussões mais amplas sobre identidade sul-mato-grossense, território e globalização, garantindo que o estudo do passado local dialogue com questões contemporâneas.

3 INFLUÊNCIAS SOCIOPOLÍTICAS NA HISTORIOGRAFIA SUL-MATO-GROSSENSE.

A abordagem da História Regional sul-mato-grossense requer uma visão holística que considere os aspectos políticos e sociais que permearam o contexto temporal em que essa historicidade se construiu. As narrativas do poder, as vozes silenciadas, os preconceitos e os paradigmas impostos por perspectivas deterministas e positivistas perpetuaram uma história oficial, moldada pela visão dos grupos dominantes. Essa história, marcada por uma lógica de poder e permanência, reflete a influência de uma oligarquia opressora, cuja hegemonia determinou quais eventos e sujeitos seriam lembrados e quais seriam esquecidos. A construção da história regional, portanto, deve buscar alternativas que rompam com essas imposições, incorporando perspectivas marginalizadas e ampliando a compreensão do passado a partir de múltiplas vozes e vivências.

Contudo, há uma noção de que o estado de Mato Grosso do Sul somente passou a existir após a divisão de Mato Grosso, desconsiderando a História, o passado e a cultura previamente consolidados na região. Essa visão limitada negligencia o legado sociocultural construído ao longo dos séculos, relegando diversas expressões culturais ao esquecimento, sendo recriada ou ressignificada, resultando em um vácuo cultural que se inscreve no imaginário coletivo dos habitantes. Hoje, essa lacuna se reflete no modo de ser da população, seja de forma consciente ou inconsciente.

Um exemplo emblemático dessas transformações e limitações, encontra-se no próprio Referencial Curricular, que discute a territorialidade de Mato Grosso do Sul e evidencia a necessidade de resgatar e valorizar os elementos que definem a identidade regional, mas reproduz a seguinte fala ao apresentar o estado:

O Estado foi criado em 1977, em um momento singular da história brasileira, período de ditadura militar e também de desenvolvimento do Oeste, iniciado no governo de Getúlio Vargas que lançou um novo projeto para intensificar a ocupação do Centro-Oeste, conhecido como a “Marcha para o Oeste”, na década de 1940 (Mato Grosso do Sul, 2021, p.23).

O movimento separatista provocou mudanças profundas nos entendimentos históricos e na configuração cultural da região, pois as disputas entre as oligarquias do sul do estado consolidaram narrativas preconceituosas sobre a cultura do Norte, reforçando a ideia equivocada de que sua história só teria começado após a divisão. Entretanto, muito antes da separação do antigo Mato Grosso—ou como os que viveram àquela época (como eu e meus pais) chamávamos: "Mato Grosso Integrado"—já existia uma vasta produção cultural e artística, acompanhada de tradições e costumes enraizados. O fazer histórico-social da região envolvia povos indígenas, caboclos e populações fronteiriças, cuja contribuição foi essencial para a formação da identidade local, além de que, como afirma o professor Walmir Correa (Mato Grosso do Sul, 2013) o acervo historiográfico também foi para Cuiabá.

Após a divisão, esse contexto parece ter sido ignorado ou até rejeitado pelo Sul, enquanto o Norte manteve suas histórias, tradições e regionalidades. O Sul, por sua vez, optou por rejeitar uma parte dessa memória coletiva, ressignificando sua história em um processo de regionalismo, onde foi criada uma nova versão do estado. Essa separação pode ser comparada a dois irmãos siameses, unidos pela cabeça, que ao serem separados, apenas um deles preservou suas lembranças.

Para compreender a História de Mato Grosso do Sul, é imprescindível conhecer a História de Mato Grosso, pois ambas compartilham uma trajetória comum por séculos. Diante desse cenário, cabe ao pesquisador e ao docente de História apresentar esses temas de maneira

que vá além do resgate ou recriação do passado, utilizando as ferramentas da disciplina histórica para promover reflexão e criticidade, alinhadas às perspectivas da Nova História. O estudo da História deve favorecer a compreensão da herança histórica, identificar as diversas abordagens historiográficas e analisar as relações de poder, assim como os mecanismos de transformação e preservação das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo.

3.1 Fontes e Narrativas

A História não é uma verdade absoluta, mas sim uma narrativa construída pelo historiador, ancorada na interpretação das fontes disponíveis. Como aponta Keith Jenkins (2001), a História é apenas um entre vários discursos sobre o mundo, utilizando o passado como ferramenta de análise, mas sem possuir controle sobre sua complexidade. O papel do historiador, portanto, não é apenas relatar acontecimentos, mas provocar reflexões, questionando as narrativas que foram estabelecidas. É necessário trazer à tona o que está próximo, o que foi vivido, e aquilo que compõe a memória dos habitantes e seus ancestrais em determinada região. Dessa forma, o historiador busca um entendimento crítico sobre o que faz sentido ou não nas versões do passado que chegam até nós. É fundamental para o docente ou o pesquisador, observar as possibilidades interpretativas, as formas como as fontes se apresentam e como os historiadores trataram os temas que integram a História Regional. Isso inclui a pré-história e os povos indígenas, o período colonial, o Império e a República, explorando desde os primeiros registros das navegações espanholas nos rios da região, suas descobertas e a forma como se relacionavam com os habitantes locais por meio de seus relatos.

Reconhecer a influência geográfica, do cerrado, do pantanal e dos rios, especialmente os Rio Paraguai e Paraná, a diáspora africana de mão de obra escravizada minas e fazendas, o protagonismo das populações indígenas, tanto as que auxiliaram os colonizadores quanto as que confrontaram os navegantes espanhóis, incluindo sua participação nas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Além disso, a tomada dos territórios paraguaios, que representam uma parte significativa do espaço geográfico do atual estado de Mato Grosso do Sul, o coronelismo, intrinsecamente ligado à inserção do gado e à indústria de charque para exportação na região do Pantanal e à Companhia Erva Matte Larangeiras, no Sul do estado, todos esses elementos carregam relações de violência e escravização da mão de obra, o movimento revolucionário de 1932, com a participação do Exército de Mato Grosso, comandado por Bertoldo Klinger¹⁵, e seu protagonismo na Revolução Constitucionalista, criando o Estado de Maracaju, além dos movimentos que culminaram na divisão do estado.

¹⁵ *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*, de Euclides Figueiredo, publicada pela Livraria Martins Editora, São Paulo, em 1955.

Esses temas promovem a fruição do conhecimento da História Regional sul-mato-grossense, mas sua origem remonta, a um período anterior à própria existência de Mato Grosso como unidade territorial, todos aqueles que desejam investigar ou estudar, ainda que superficialmente, a História Regional do Mato Grosso do Sul, necessitam conhecer tais historicidades, e não apenas se falar em divisão do estado de 1977.

Entendemos que a imparcialidade na narrativa histórica é uma construção imagética, pois toda história é contada a partir da subjetividade do autor ao interpretar as fontes e evidências, suas perspectivas carregam influências culturais, políticas e sociais. Os historiadores trabalham para reconstruir o passado com rigor metodológico, mas sempre existe uma seleção de fatos e uma interpretação envolvida no processo. Ao analisar as fontes escritas da História dessa região, devemos ter em mente que foram escritas por navegantes espanhóis ou religiosos convocados para apaziguar os conflitos com os indígenas nos séculos XVI e XVII, pelos Bandeirantes ou comerciantes, responsáveis pelas trocas, no século XVII e XVIII, por militares ou adidos do governo nos séculos XVIII e XIX.

Essas fontes refletiam uma visão eurocêntrica e geralmente de caráter oficial (governamental), sem considerar a perspectiva dos povos indígenas, e demais sociedades marginalizadas da região. Assim como no pós-guerra da Tríplice aliança contra o Paraguai, os relatos são de memorialistas, historiadores diletantes ou escritores que falavam do sertão, sem mesmo conhecê-lo, escrevam sobre Mato Grosso do litoral. Não que a memória deva ser desconsiderada, pois são fundamentais para a construção da história. Porém, cabe a quem acessa a história, desenvolver uma visão crítica, capaz de interpretar e analisar as evidências e relatos.

Ainda nos períodos do coronelismo e no processo separatista, as fontes históricas foram influenciadas pelos interesses subjetivos de indivíduos e grupos, cada qual guiado por suas próprias motivações comerciais e políticas. A polarização estabelecida gerou narrativas distintas, muitas vezes conflitantes, exigindo do historiador ou docente uma abordagem crítica que considere ambos os lados da questão, garantindo uma análise equilibrada e contextualizada dos eventos. Posto isso, cabe ao docente ou pesquisador de História contextualizar as fontes de forma criteriosa e crítica, evitando as armadilhas do regionalismo e as transfigurações identitárias presentes nas diferentes narrativas. A interpretação da História Regional não deve se limitar ao imaginário comum, mas sim adotar um processo reflexivo, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos fatos, levando em conta outras narrativas, inclusive as silenciadas.

4 A HISTÓRIA REGIONAL E AS IDENTIDADES SUL-MATO-GROSSENSE

De tempos em tempos, o tema Identidade Cultural de Mato Grosso do Sul ressurgue, especialmente quando alguém erra o nome do Estado, dizendo apenas "Mato Grosso" em vez de "Mato Grosso do Sul"—o que invariavelmente gera protestos, acompanhados do famoso coro "*do Suuuuuuul!*".

Todavia, quando alguém de outra região pergunta sobre as expressões culturais que representam Mato Grosso do Sul, muitas vezes surge um vazio, com respostas incompletas. Esse desconhecimento sobre a identidade cultural sul-mato-grossense é perceptível, exceto para aqueles que se aprofundam nos estudos da História Regional, compreendendo tanto o período anterior quanto posterior à divisão do estado. Por meio da educação e do ensino de História Regional, podemos encontrar caminhos para reverter esse obscurantismo. A BNCC aponta caminhos para que esse conhecimento receba a devida atenção, permitindo que alunos e alunas se reconheçam como protagonistas de sua própria história e se tornem cidadãos plenos. Um dos trechos da Base Curricular evidencia essa preocupação ao afirmar:

A educação para o Século XXI visa desenvolver integralmente o estudante em todas as suas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica), para que atue de forma autônoma e seja protagonista de sua história, descubra, compreenda e reflita sobre o sentido e significado da vida, amplie a compreensão sobre o valor das relações humanas e desenvolva a visão ética e cidadã. (Brasil, 2018, p. 14).

Para que essa afirmativa se torne uma diretriz tangível, é essencial desenvolver uma opinião crítica e reflexiva, tanto entre estudantes quanto entre curiosos leitores da história sul-mato-grossense. É necessário que sejam capazes de compreender e discernir os efeitos das políticas e ideologias de cada período e grupo dominante, bem como os interesses intrínsecos e extrínsecos que foram plantados com o intuito de perpetuar o poder das oligarquias da época. Essa reflexão exige uma análise aprofundada do percurso histórico, considerando o modo de vida, as lutas e as representações culturais manifestadas ao longo do tempo. Para que haja pertencimento e identificação com os valores regionais, é imprescindível conhecer o próprio passado e reconhecer as dinâmicas que moldaram a identidade sul-mato-grossense.

Para compreendermos a identidade sul-mato-grossense e seus atravessamentos culturais, é essencial, antes de tudo, entender sua etnologia e etnografia. Uma matéria do Jornal Correio do Estado, publicada em 14/05/2020, data em que se comemora o Dia do Povo Paraguai, destaca aspectos do comportamento cultural dos sul-mato-grossenses, evidenciando a adoção de ícones culturais comuns entre paraguaios e brasileiros. Entre eles, o hábito de tomar *tereré*, a culinária que incorporou a chipa e a sopa paraguaia como patrimônio imaterial, além da influência nas músicas e danças. Estes dados chamam a atenção:

O fluxo migratório é intenso há várias décadas. Imigrantes paraguaios estão presentes em praticamente todos os 79 municípios de Mato Grosso do Sul. Estudos apontam que cerca de 300 mil paraguaios e descendentes diretos moram no Estado. (Pinto, 2020).

Tal constatação demonstra que essa identidade cultural, além de longeva, é determinante nos hábitos comuns da população. Ainda que o preconceito e a xenofobia possam interferir nessa referência identitária, é impossível negá-la. Além disso, essa região foi ocupada pelos povos indígenas muito antes da chegada dos brancos europeus. De acordo com o Censo 2022 do IBGE¹⁶, Mato Grosso do Sul registrou 116.346 indígenas, representando um crescimento significativo de aproximadamente 50% desde o último Censo. O estado ocupa a terceira posição em população indígena, ficando atrás apenas do Amazonas e da Bahia.

O reconhecimento da presença indígena e paraguaia na formação cultural de Mato Grosso do Sul é essencial para compreender sua identidade multifacetada. A influência dos povos indígenas, que historicamente ocuparam esse território, e dos paraguaios, cuja migração consolidou laços culturais profundos, reflete-se nos costumes, na gastronomia, na música e nas tradições locais. Negar ou minimizar essa contribuição seria ignorar a riqueza de um patrimônio que molda o modo de vida da população e fortalece o sentimento de pertencimento regional. Quanto ao distanciamento das raízes, podemos afirmar que os povos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram assediados por inúmeras políticas de reconstrução identitária, além das narrativas separatistas e polarizantes com fins políticos desde o início do século passado, ou ainda narrativas imaginárias, ou que expressam um discurso burguês e civilizatório, típico da época, que busca justificar a ocupação territorial e a imposição de uma ordem social e cultural sobre os povos da fronteira e não apenas durante e após a divisão do estado, como alguns escritores regionais atribuem.

De acordo com Paulo Roberto Cimó Queiróz (2005), O período do coronelismo foi determinante nesse processo de separação territorial e cultural, pois representava a expressão máxima do poder em todo o estado de Mato Grosso. Esse poder, emanado das oligarquias, influenciou diretamente as relações sociais, a cultura, a literatura e, principalmente, as narrativas históricas, que acabaram cedendo às dinâmicas do poder. Essas ações ocorreram devido às disputas entre coronéis, que brigavam para garantir favores do governo federal, além da influência de migrantes ricos, cujas ambições os levavam a tentar "abocanhar um pedaço"

¹⁶ Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2022: população indígena em Mato Grosso do Sul cresce mais de 50% em 12 anos*. 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

desse quinhão. Foram atribuídos discursos de ódio aos habitantes da região Norte, enquanto, no Norte, os moradores se consideravam os verdadeiros representantes da “raça mato-grossense”. Questões políticas e disputas entre coronéis e líderes políticos deram origem a narrativas polarizadas, que incitaram discórdias, semearam rixas e criaram uma aversão cultural entre as populações das duas regiões.

Nas primeiras décadas do século XX, o cenário mato-grossense apresentava uma divisão clara: ao norte, as elites tradicionais sentiam-se ameaçadas pelo crescimento econômico e social, porém as principais instituições governamentais estavam instaladas por lá, na região central, Corumbá prosperava devido às navegações no porto fluvial, considerado um dos maiores das Américas, além das fazendas de gado e no Sul, o desenvolvimento agrário avançava, impulsionado principalmente pelos ervais. Nesse período, generais insurgentes da Revolta federativa vindos do Sul do Brasil migraram e se estabeleceram na região, marcando o início da ligação cultural com o Sul do país. Durante o Movimento Constitucionalista de 1932, a região Sul de Mato Grosso se posicionou contra o governo de Getúlio Vargas, enquanto o Norte apoiava Vargas. O que o Sul combateu, o Norte exaltou. Esses movimentos estavam fortemente associados ao sentimento separatista, culminando na criação do Estado de Maracaju, que durou 82 dias e teve como governador Vespasiano Barbosa Martins. Embora tenha sido uma ação separatista, muitos atribuem a ele a faísca divisionista que posteriormente influenciaria a separação definitiva do estado, conforme Queiroz (2005).

A região Sul de Mato Grosso, sentindo-se desprestigiada politicamente, viu generais insurgentes se posicionarem contra o governo Vargas, enquanto o Norte permanecia leal ao presidente. Esse embate culminou na instalação do governo provisório do Estado de Maracaju, com sede em Campo Grande, e reforçou as tensões que levariam à divisão oficial do estado décadas depois. O fortalecimento das raízes culturais em Mato Grosso, especialmente em Cuiabá, foi impulsionado por investimentos federais, já que a capital apoiava o governo de Getúlio Vargas. Em 1934, o então General Rondon (ainda não Marechal) concedeu uma entrevista na qual destacou pontos negativos do movimento separatista¹⁷.

Em resposta, o povo de Maracaju expressou sua indignação por meio do livro "A Divisão", que evidencia as tensões políticas e culturais do período. Segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz, os autores da obra buscaram desconstruir a identidade nortista, caracterizando o Norte como atrasado e decadente, ridicularizando suas tradições e rejeitando a ideia de Cuiabá como "cidade mãe" dos mato-grossenses":

¹⁷ RONDON, Cândido Mariano da Silva. *A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon*. 1934.

Assim, em *A divisão...* procura-se ferir a essência mesma da identidade criada pelos “nortistas”. Embora evitem lançar mão do termo “barbárie”, os autores caracterizam o “Norte” como *atrasado e decadente*; ridicularizam explicitamente algumas das imagens mais cultuadas pelos intelectuais do “Norte”, isto é, aquelas relativas à história, às tradições e às riquezas “mato-grossenses”, procurando caracterizá-las como algo vazio, sem substância prática; rejeitam, enfim, aquela idéia de Cuiabá como “cidade mãe” dos mato-grossenses: procura-se negar qualquer influência “cuiabana” no desenvolvimento da “civilização sulista”, enfatizando-se a presença, no Sul, de outros contingentes.(Queiroz, 2005, p. 4).

Haviam diferenças, certamente, mas a política foi a catalizadora desse espírito que passou a vigorar, negando quaisquer influências que fossem atribuídas ao norte e a Cuiabá. A cultura popular mato-grossense, presente até então foi abruptamente atingida, deixando assim uma pergunta, nos tempos atuais aos sul-mato-grossenses. “Quem eu sou”?:

Os debates públicos dos últimos anos, no Mato Grosso do Sul, indicam que a suposta questão da “identidade sul-mato-grossense” continua em pauta, em meio a propostas de mudança do nome do Estado e avaliações sobre os resultados da divisão³. Em tais debates, a palavra e o juízo dos historiadores são inevitavelmente exigidos, o que realça a necessidade de maior reflexão e de pesquisas mais aprofundadas. Tratando-se desses assuntos, parecem-me especialmente apropriadas as observações de autores como Hobsbawm e Bourdieu acerca das relações dos pesquisadores profissionais com o tema do regionalismo e das identidades – observações essas que mostram quão espinhosas são ou podem ser essas relações. (Queiroz, 2006, p. 2).

Para alguns estudiosos da identidade sul-mato-grossense, a influência migratória é o fator mais relevante. Para outros, o foco deveria estar nas fronteiras, especialmente na fronteira com o Paraguai. Afinal, além de essas terras terem sido apropriadas do Paraguai como espólio de guerra, a fronteira compreende mais de 400 km de extensão, tornando-se um espaço de intensa troca cultural. Um exemplo disso é o pesquisador da Universidade Federal da Grande Dourados, Paulo Sérgio Nolasco dos Santos afirma:

Borrando e alargando os espaços fronteiriços, o constructo identitário obriga a revisão de antigas questões de identidade e representação culturais, dentro de uma nova região de riquezas culturais, ecológicas, turísticas e econômicas. A fisionomia cultural, ao tempo da divisão do estado, buscando sua identidade cultural, se transforma, impondo a "ruptura dos valores preestabelecidos"(Santos, 2002, p. 234).

Por outro lado, Maria da Glória Sá Rosa (1927 – 2016), considerada um ícone da cultura de Mato Grosso do Sul, defende que essa identidade foi moldada pelo fluxo migratório: “O fluxo migratório provoca a presença de outras culturas e acentua a necessidade de definir-se nova identidade, visto que os elementos que se integram à cultura sul-mato-grossense determinam o surgimento de novo processo cultural no estado”. (Sá Rosa, 1990, p. 21). Para ela, a redefinição da identidade se justifica pelo grande fluxo migratório, especialmente do Sul e Sudeste, que trouxe um multiculturalismo capaz de ressignificar toda a cultura local. Foi professora da antiga FUCMAT, hoje Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), e também da

UFMS, Sá Rosa teve sua opinião amplamente respeitada nas instituições responsáveis pela cultura sul-mato-grossense.

Atualmente, percebe-se o impacto dessa visão ao observar como representações culturais externas foram incorporadas ao estado, muitas vezes sendo confundidas com cultura local. Um exemplo disso são as danças gaúchas, frequentemente interpretadas como folclore regional de Mato Grosso do Sul. Embora a presença de imigrantes e migrantes tenha sido determinante nesse processo, não foi a primeira leva migratória na região. Corumbá, com seu porto fluvial, recebeu muitos imigrantes ao longo dos séculos, tornando-se um ponto de trocas culturais naturais. Da mesma forma, na fronteira Brasil Paraguai, o pluriculturalismo, causado pela migração bilateral, se estabeleceu sem que houvesse interferência na identidade regional. Levar para a sala de aula temas relacionados à identidade cultural demanda um debate aprofundado e a exposição de estudos elaborados por historiadores que investigam e interpretam essas construções, nessas argumentações propor uma possível solução para elucidar influências e erros do passado, que permitiram essa polaridade exacerbada sobre a cultura popular e suas raízes, indo além do conteúdo histórico

É preciso perceber os papéis das narrativas, para que a História Regional seja abordada de forma significativa, é essencial que os processos de reflexão sejam provocados dialogicamente, cabendo ao docente conduzir em sala de aula, as possibilidades que possam surgir. Como compreender a própria identidade cultural e ser protagonista da própria história, como propõe a BNCC, sem antes conhecê-la? A aculturação do povo sul-mato-grossense é um fenômeno perceptível, e o desenrolar do processo de divisão do estado gerou uma lacuna cultural e um distanciamento do passado. O ensino da História Regional deve estimular reflexões sobre as influências culturais, permitindo que os sul-mato-grossenses reconheçam e valorizem sua própria trajetória.

Paulo Sérgio Nolasco dos Santos (2004) considera essencial que todas essas reflexões, tragam não apenas as versões oficiais, mas as narrativas marginalizadas, caladas e oprimidas:

O longo processo político-cultural de divisão do estado de Mato Grosso não só acabou se inscrevendo como grande página da história regional, mas acaba interessando principalmente pelos silêncios, pelas lacunas e por aquilo que se faz calar (Santos, 2004, p.47).

Os temas abordados na História Regional podem auxiliar na compreensão do processo educacional e na construção histórico-social da identidade regional. Em síntese, essa

abordagem contribui para a educação e a história da região, agregando um novo olhar e aprofundando a reflexão sobre as representações da fronteira e seu imbricamento com a educação.

A divisão foi um ato administrativo ou territorial federal, em plena Ditadura Militar, uma decisão autocrática de um regime militar¹⁸, mas também foi um movimento cultural e político, criado de cima para baixo, com interesses políticos e econômicos de permanência, ocupação e perpetuação do poder. O que provocou mudanças profundas na forma como o povo sul-mato-grossenses se percebessem em sua própria história.

Entretanto, para que essa reflexão seja significativa, é essencial conhecer a cultura e a identidade regional, estabelecendo uma relação de pertencimento com o território. Sem esse vínculo de regionalidade, a produção cultural local enfraquece, se desfragmenta e não encontra representatividade. Não há troca com o mundo globalizado, apenas absorção de culturas externas, como aponta Stuart Hall (2011, p. 52-55) em sua análise sobre identidade cultural na globalização, uma reflexão que precisa ser feita sobre a aculturação e seus efeitos colaterais, é que, de acordo com Hall, a identidade pode ser representada por tradição, quando se mantém de forma defensiva, tentando recuperar sua pureza anterior, e recuperar as certezas perdidas com o tempo, a tradução, que é quando essa representação se sujeita ao plano das políticas sociais, forjadas pelo regionalismo ou impostas pelo poder, ou ainda quando indivíduos que são produtos das diásporas pós-coloniais, se veem em situações de adaptação a outras culturas, em um processo de transição cultural.

Em Mato Grosso do Sul pós divisão, acentuou-se o processo de chegada de imigrantes e migrantes, determinando uma nova dinâmica social, porém não foram os indivíduos que se adaptaram a cultura local, e sim ao contrário. O hibridismo provocou o indeterminismo identitário.

Contudo, algumas questões precisam ser pautadas. Um exemplo dessa insciência é o documento que referencia e propõe estudos mais aprofundados acerca da História Regional, O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, ao apresentar-se enquanto estado, o faz como um estado novo, criado em 1977, a partir de um movimento separatista de 1940 (Mato Grosso do Sul, 2018. P. 21-22).

¹⁸ A decisão de desmembrar Mato Grosso e criar Mato Grosso do Sul foi tomada em abril de 1977 pelo terceiro presidente do regime militar, Ernesto Geisel, seis meses antes da assinatura da Lei Complementar nº 31, em 11 de outubro. A divisão efetivamente aconteceu em janeiro de 1979 com a instalação do governo do novo Estado. Portal ms.gov.br. Disponível em: <https://hom.ms.gov.br/pagina/historia9394#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20de%20desmembrar%20Mato,31%2C%20em%2011%20de%20outubro>

Não é possível que tais “descuidos” ainda aconteçam, se queremos realmente dar importância e protagonismo ao estudante, é preciso que ele conheça de fato sua história. A página oficial, do governo do estado, considera isso como “efervescências políticas e movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos que viveram na região construíram relações culturais, sociais, políticas muito anterior à divisão do estado, evidenciando um acervo histórico-cultural construído ao longo dos tempos, nesse espaço denominado região, onde lutas por sobrevivência ou por dominação, foram travadas por séculos, pelas sociedades que a habitaram, tanto pelos povos originários quanto por aqueles que, por meio de processos imigratórios e migratórios, contribuíram de alguma maneira, para o legado cultural que moldou a História de Mato Grosso do Sul.

História que se revela nas lacunas e nos silêncios, que ainda marcam essa sociedade, cabe ao historiador entender que as influências migratórias ajudaram a moldar a cultura local, mas a presença dos paraguaios e indígenas, são determinantes nesse processo, ainda que se negue. A falta de conhecimentos ou interesse sobre essas raízes etnográficas, gera distanciamento e descaracterização, impedindo que a população se perceba como parte de um contexto cultural único e plural, o papel do educador torna-se fundamental, em um complexo acervo histórico cultural, que se apresenta de forma artificial, ressignificado, ou ainda silenciado.

A História Regional se apresenta como uma potente ferramenta na formação de estudantes na avalanche de informações disponíveis no mundo digital, e ao mesmo tempo, possui a potência necessária capaz de atrair a atenção dos estudantes, ainda que tenha que competir com o mundo digital, pois ela é atual e atraente.

Por fim, a escola se destaca-se como um espaço essencial para o desenvolvimento de competências investigativas, promovendo uma aprendizagem significativa e conectada à realidade social e cultural da região, o ensino de História Regional encontra em seus ensinamentos, algo que é inerente ao pertencimento e identificação dos estudantes, como um instrumento para questionar, reconhecer e valorizar sua região e se ver como agente dessa história. Fortalecer o ensino da História Regional é mais do que um resgate do passado, é um ato de resistência e valorização cultural, essencial para a formação cidadã dos estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIVISÃO DE MATO GROSSO: RESPOSTA AO GENERAL RONDON. Campo Grande, 1934. **Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Publicações Avulsas n° 81, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. de. (2008). O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, 10(17), 55–67. Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/62>

BARROS, José D’Assunção. O campo da história – a partilha do saber histórico na historiografia contemporânea. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina: ANPUH, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 07 abril. 2025.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRAZIL, Maria do Carmo. Rio Paraguai: o “mar interno” brasileiro. Campo Grande: **Editores UFMS**, 2014. PINTO,

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. ISBN 978-65-5979-012-8

_____. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500–1800**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CATELLI JUNIOR, Roberto et al. **Territórios e Fronteiras: ensino médio**. 1. ed. São Paulo: Editora AJS, 2020.

CORREA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em mato grosso: 1889-1943**. 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Acesso em: 23 maio 2025.

COSTA, Maria de Fátima Gomes. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. Brasil, edit. Estação Liberdade, Livraria Kosmos Editora em português 1999.

FERREIRA, André Soares. Educação e fronteira sul-mato-grossense (1889-1943): análise a partir da historiografia regional [recurso eletrônico] / André Soares Ferreira. -- 2019. **Repositório Institucional da UFGD**. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JENKINS, KEITH. **A História repensada** / Keith Jenkins; tradução de Mário Vilela – São Paulo: Contexto 2001.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Tradução de Luciana de Oliveira. São Paulo: Editora da USP, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e João José Rego Lima. São Paulo: Editora D3E3, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: Ensino Médio**. Campo Grande: SED-MS, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado/pdfs/RCSEEMS.pdf>>. Acesso em: 04 abril. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Cultura. Cultura em MS, n. 6, Campo Grande: **Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul**, 2013. ISSN 2237-2652

MATOS, Julia Silveira. Tendências e Debates: da Escola dos Annales á história nova. História e: **Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande**, v. 1, p. 113-130, 2010.

PINTO, Rogério Barros. Mato Grosso do Sul e Paraguai compartilham cultura e história, 2020. **Portal Correio do Estado**. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/correio-b/mato-grosso-do-sul-e-paraguai-compartilham-cultura-e-historia/372072/>

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional**. Londrina, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: [29/05/2025].

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

SÁ ROSA, Maria Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 1990.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. Margem de papel ou corpo despedaçado do texto. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 235-251, dez. 2002. DOI: 10.1590/S0103-73312002000200004.

SILVA, Walter Guedes da. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 a 1937. **Agrária** (São Paulo), n. 15, p. 102–125, 2011. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/agraria/article/download/79014/83087/108509>>. Acesso em: 10 jun. 2025.